

Práticas de Cultura: contribuições franco-brasileiras para uma sociologia da arte e das políticas públicas

Rachel GADELHA¹

HAMMOUCHE, Abdelhafid; MARQUES, Kadma (Orgs.). **Práticas de Cultura: contribuições franco-brasileiras para uma sociologia da arte e das políticas públicas.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

O livro “Práticas de Cultura: contribuições franco-brasileiras para uma sociologia da arte e das políticas públicas” traz diversos olhares sobre experiências e práticas culturais, no Brasil e na França. Escrito por pesquisadores dos dois países, o livro é fruto de um convênio de pesquisa e ensino entre a Université Lumière, Lyon 2, França, e a Universidade Estadual do Ceará, Brasil. Nele, estão apresentados conceitos relacionados às possibilidades de interação entre arte e ação social e sobre o papel das políticas públicas e da sociedade neste processo. No entanto, como lembram os organizadores, não se trata de uma abordagem comparativa, mas de contribuições que revelam aspectos comuns, ou não, do fazer e pensar a cultura nos dois países.

Esta é uma das maiores qualidades do livro. A troca de saberes. A possibilidade de um olhar mais aproximado entre experiências diversas e contextos específicos, mas também comuns. Proporciona ao leitor brasileiro certa noção de intimidade, aos nos apresentar os processos da gestação de políticas públicas, vivenciados na França, compartilhando erros e acertos característicos de toda construção. Da mesma forma, permite ao leitor francês uma visão mais detalhada de um pouco do que está sendo feito e pensado no Brasil, em termos de gestão cultural contemporânea.

Este processo de aproximação e distanciamento permeia todo o livro e compõe um mosaico que prende a atenção do leitor, através da exposição de temas variados, como circo, museus, culturas populares, políticas culturais e projetos de regeneração social, dentre outros. Ao longo da leitura, o leitor é submetido: ora, a momentos de aproximação e reconhecimento; ora, à percepção de estranheza e distanciamento, possibilitando tanto a

¹ Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.

ampliação de repertório, para quem trabalha com a cultura, como a necessária e salutar aprendizagem de convivência com as diferenças.

Distribuído em oito artigos, o livro relata experiências e reflexões acerca dos processos de gestão dessas experiências.

No primeiro artigo, intitulado “Entre tradição e tradução”, os pesquisadores brasileiros Kadma Marques e Igor Monteiro apresentam a experiência do Museu de Arte Contemporânea e do Memorial da Cultura Cearense, ambos pertencentes ao complexo cultural do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, localizado na cidade de Fortaleza, Ceará.

Abordam os desafios que se impõem à gestão do Memorial da Cultura Cearense, enquanto instituição de valorização da cultura local e guardiã das tradições populares, portanto com características de fixidez e permanência; e ao Museu de Arte Contemporânea, idealizado como um espaço de fomentação e divulgação da arte contemporânea, portanto com características mais acentuadas de hibridismo, tradução e permeabilidade.

Por meio do estudo de seus projetos e programações, o artigo traz uma cartografia de intenções e caminhos, apresentando os museus como um espaço relacional, com possibilidades de movimentos, intersecções e ressignificações, que se influenciam mutuamente, abrigando um consumo cultural marcado pela negociação permanente de sentidos e formações culturais.

O artigo seguinte, escrito pelo pesquisador francês Norbert Bandier, intitulado “Por um programa de pesquisa sobre o uso de espaços públicos”, aprofunda o tema da gestão de espaços culturais e de consumo cultural, enfatizando aspectos relacionados ao processo de recepção, apropriação e interpretação das obras pelo público. Numa abordagem pouco usual, o autor elege o “encontro” como seu objeto de estudo, não só do ponto de vista da experiência individual, mas também da reflexão sociológica.

Com este objetivo, Bandier busca novos significados para o ato de “expor”, direcionando sua atenção para o percurso incerto, longo e revelador, que se instaura entre uma obra, desde o momento de sua criação até a apresentação ao público. Ressalta que “expor é escolher” e faz importantes reflexões sobre as relações de poder que se estabelecem na decisão do que expor, para quem expor e de quem decide o que deve ser visto.

O terceiro artigo introduz de maneira mais direta um tema que irá perpassar todo o livro: o estudo da cultura popular. Escrito por Lúcia Helena de Brito, com o título de “As culturas populares e suas faces”, trata das dinâmicas de permanência e mudança das culturas tradicionais cearenses, e de como estas se relacionam com as políticas institucionais de valorização e salvaguarda do patrimônio imaterial.

A autora procura abordar a questão da tradição cultural e dos saberes populares, para além de uma política protecionista do patrimônio, mas, também, como portadores de uma dinâmica social que “permita a permanência das culturas populares tradicionais não como práticas em vias de extinção, ou de objetos exóticos distantes da modernidade, mas como afirmação do passado no presente em constante processo de significação”. Percepção expressa no texto através da afirmação simples e complexa de um mestre da cultura tradicional, ao afirmar que “para continuar, tudo tem que mudar”.

No artigo seguinte, intitulado “A institucionalização do circo contemporâneo na França”, Marie-Carmem Garcia retrata aspectos da política de formação e estímulo às artes circenses na França; as complexas relações com o saber tradicional dos circos de saltimbancos e do teatro; e o circo contemporâneo, mais relacionado às artes performáticas e ao espetáculo.

A autora aborda o processo de ruptura ocorrido entre essas duas concepções de circo e o papel do Estado na consagração do circo contemporâneo, através da criação do Centro Nacional das Artes do Circo e de programas de formação e profissionalização de novos artistas, com a criação de “polos circos”, cujo objetivo seria difundir o circo, sensibilizar o público e apoiar a formação continuada de artistas. Retrata como a ação dos poderes públicos, ao criar mecanismos de valorização e subvenção do circo contemporâneo, induziu a desvalorização das práticas autodidatas e reforçou as tensões existentes entre as novas modalidades de circo e as culturas tradicionais.

As políticas públicas brasileiras e suas repercussões são também abordadas no artigo “Pontos de cultura e de cidadania”, escrito por Alexandre Barbalho e Fabricio Mattos. O texto trata de uma das mais importantes políticas de cultura do Governo Lula, que proporcionou uma ampla articulação político-cultural e novos instrumentos de mediação entre Estado, sociedade e a comunidade local, num intensivo processo de capilarização das ações do poder público.

A despeito de sua complexidade e relevância; do poder simbólico implícito no empoderamento de novos atores, que operaram em pontos de cultura em todo o País; na abordagem transversal e plural e da construção de outras possibilidades de interação Estado-sociedade, os autores sustentam que o desempenho do programa, conformado através de redes, se desenvolveu de maneira descontínua e desigual, o que sugere que seja melhor problematizado e aperfeiçoado em pesquisas e políticas posteriores.

As questões que permeiam a construção das políticas públicas na sociedade contemporânea continuam a ser abordadas nos dois artigos posteriores, de Abdelhafid Hamouche e Cláudia Leitão. O primeiro trata das “Políticas culturais na França e ação pública em favor da diversidade” e, o outro, aborda o tema sob o título de “O Governo Lula e as políticas públicas para a valorização da diversidade cultural”.

Hamouche disserta acerca da democracia e da democratização cultural na França, problematizando as questões relativas ao reconhecimento da pluralidade das práticas culturais naquele país. O autor apresenta as tensões inerentes ao convívio com a diversidade cultural, por parte das políticas públicas francesas, que atuaram historicamente sob a égide de uma perspectiva “integracionista” e o surgimento de movimentos sociais em busca de afirmação das múltiplas identidades francofônicas .

Cláudia Leitão trabalha na mesma perspectiva, refletindo sobre o discurso da diferença, lembrando que este é um conceito construído historicamente. A pesquisadora enfatiza a necessidade de uma transformação na forma de compreender a diversidade, pensando-a de “forma dialógica, a partir do distanciamento e aproximação”, reaproximando saberes e “culturalizando” o saber científico. De posse desses conceitos, a autora aborda os desafios que se impõem à formulação de políticas públicas do Estado, tendo como base o discurso do ex-ministro da cultura, Gilberto Gil.

O livro finaliza com a apresentação da experiência de construção de um Museu Urbano, situado no conjunto habitacional francês Tony Garnier. Alain Chenevez, no artigo “Habitação popular e patrimônio”, descreve a interessante experiência de criação de um espaço de cultura e experimentação política, compartilhado por vários atores. O artigo relata os processos ocorridos no conjunto habitacional popular, que partiu da negação de uma imagem estigmatizada para a construção de um movimento de colaboração, de interações e de elaboração de novas identidades e de um bem coletivo.

Ao término da leitura, nos deparamos com a percepção de que, a despeito de realidades socioculturais e processos históricos diferentes, temos muitas questões em comum, que podem ser aprofundadas e compartilhadas.

Dentre as principais contribuições do livro, destacamos a importância de uma “travessia de saberes” e olhares mútuos, principalmente na apresentação de experiências que dizem respeito à vivência cultural “rotineira” dos dois países, justificando assim seu título “Práticas Culturais”.

Outra colaboração relevante é o fato de tratar de temáticas que estão em processo de construção, proporcionando a visão de movimento e interação tão próprios da cultura. A leitura proporciona um relato de percursos e alternativas diferenciadas, propostas ora pelo Estado, pela sociedade ou por artistas, retratando as múltiplas e variadas formas do fazer cultural na contemporaneidade, e reflexões acerca do papel de cada um de seus atores.

Por fim, destacamos a aproximação, sempre bem vinda, do conhecimento acadêmico com a práxis da cultura. Esta é uma das melhores qualidades de “Práticas de Cultura: contribuições franco-brasileiras para uma sociologia da arte e das políticas públicas”: mostrar que teoria e prática podem e devem sempre andar acompanhadas.

A troca de experiências, a diversidade de olhares e a problematização da vivência cultural proporcionada por pesquisadores do Brasil e França, tornam a edição deste livro uma experiência oportuna, bem-vinda e merecedora de ser expandida com outros países e instituições.